



AO

**BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG**

**Ref.: Razões de Recurso Administrativo – Pregão Eletrônico BDMG-19/2025**

**VILLAGE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. **01.999.079/0001-79**, com sede [REDACTED], representada neste ato por seu representante legal, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, nos termos do Edital e da legislação aplicável, **apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO**, em face da decisão que desclassificou a licitante, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.

#### **1. DA SÍNTESE DOS FATOS**

O Pregão Eletrônico n. 19/2025 instaurado no âmbito do Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (BDMG), através do Edital e seus Anexos tem como objeto **a contratação de serviços terceirizados de apoio administrativo, com dedicação exclusiva de mão de obra.**

A VILLAGE, ora Recorrente, apresentou sua PROPOSTA.

Após análise da proposta e documentos correlatos, a Comissão de Licitação deliberou e decidiu pela desclassificação da proposta, sob o argumento de irregularidade na apuração da base de cálculo do ISSQN, pois, a incidência do ISSQN, em razão de decisão transitada em julgado, não se aplicaria aos serviços objeto do certame.

Fundamentou a Comissão do BDMG que teria a Recorrente dado interpretação equivocada da sentença proferida nos autos do processo n. 0024.09.670.554-6, já transitada em julgado, ao aplicar a alíquota do ISSQN somente sobre o valor da taxa de administração, e não sobre o valor total da nota fiscal.

A desclassificação foi, portanto, lastreada na conclusão de que tal interpretação violaria a legislação tributária vigente.

[REDACTED]

[REDACTED]

Entretanto, com a devida VENIA, sem fundamento a decisão adotada pelo BDMG pois:

- **viola frontalmente os princípios do Edital;**
- **viola a Lei;**
- **viola decisão transitada em julgado que deve ser observada não só pelo MUNICÍPIO mas por terceiros como o BDMG.**

A grande discussão é ter a Comissão de Licitação de respeitar a r. Decisão já transitada em julgado e irrecorrível, vigente e plenamente eficaz, que garante a Recorrente VILLAGE o direito de somente ver a incidência do ISSQN sobre a taxa de administração e não com base no valor total da nota fiscal; determinação judicial esta que, por óbvio, é respeitada pelo próprio município de Belo Horizonte, ente federado responsável e competente para legislar, fiscalizar e arrecadar o ISSQN.

**A Recorrente VILLAGE inclusive anexou a prova irrefutável de seu direito ao apresentar o documento obtido junto à Secretaria Municipal da Fazenda de Belo Horizonte, em Solução de Consulta de n. 025/2024, formulada no âmbito de contrato administrativo de natureza idêntica à presente, celebrado com a Procuradoria da República em Minas Gerais (PRMG).**

Neste documento, **a Prefeitura de Belo Horizonte, ente responsável pela fiscalização e arrecadação do ISSQN, reconhece de forma expressa a validade da sentença judicial apresentada e determina que o recolhimento do ISSQN pela empresa deve observar exatamente os parâmetros estabelecidos pela decisão judicial, com incidência restrita à taxa de administração.**

Neste contexto, a presente peça recursal tem por finalidade demonstrar a absoluta legalidade da proposta apresentada pela Recorrente, a improcedência dos fundamentos utilizados para sua desclassificação, a ilegalidade da decisão e, ao final, requerer sua reintegração ao certame, com a consequente retomada da ordem classificatória.

Senão vejamos:

## **2. DA DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA RECORRENTE**

A desclassificação da proposta apresentada pela Recorrente foi formalizada por meio de manifestação do Pregoeiro, após análise da documentação encaminhada em atenção à convocação realizada no curso da sessão pública.

A motivação administrativa parte do entendimento de desclassificação da Recorrente está na metodologia de cálculo do ISSQN incompatível com o objeto do certame, limitando-se a ajustar o índice de lucro na planilha de custos, sem promover a adequação da base de cálculo do imposto às exigências do edital.

De forma objetiva, a r. Decisão administrativa sustenta que:

- 1- A documentação apresentada pela Recorrente comprovaria apenas a existência de decisão judicial transitada em julgado que determina a incidência do ISSQN exclusivamente sobre a taxa de administração, não configurando, contudo, regime especial de tributação ou exceção tributária legal, nos termos do Anexo III, item 3, do edital;
- 2- O alcance da sentença judicial invocada estaria expressamente limitado à consecução do objeto social relativo à prestação de serviços enquadrados no item 17.05 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar n. 116/2003 e à Lei Municipal n. 8.725/2003, qual seja, o fornecimento de mão de obra;
- 3- Os serviços licitados pelo BDMG não se enquadrariam como fornecimento ou locação de mão de obra, mas como serviços de apoio administrativo, sendo a cessão de mão de obra apenas a forma de execução contratual, o que atrairia o enquadramento nos subitens 17.01 a 17.03 da referida Lista de Serviços;
- 4- A consulta formulada pela Procuradoria da República em Minas Gerais à Fazenda do Município de Belo Horizonte trataria de objeto contratual diverso daquele licitado, expressamente enquadrado no subitem 17.05 da Lista de Serviços, não sendo, portanto, aplicável ao caso concreto;

DATA VENIA, a desclassificação adotada desconsidera a natureza jurídica efetiva dos serviços prestados e, sem respaldo legal, afasta o enquadramento no subitem 17.05 da Lista de Serviços, bem como ao tenta reduzir o alcance e a eficácia da decisão judicial transitada em julgado e das manifestações vinculantes da autoridade tributária municipal competente.

A motivação ignora que a metodologia de apuração e recolhimento do ISSQN adotada pela Recorrente vem sendo reiteradamente aceita pelo próprio Município de Belo Horizonte, inclusive em contratos administrativos recentes, o que afasta qualquer alegação de irregularidade material da proposta ou de afronta às regras editalícias.

3. Da REFORMA da R. DECISÃO.

3.1. SENTENÇA JUDICIAL E DA COISA JULGADA

DATA MAXIMA VENIA, a r. Decisão de desclassificação da Recorrente configura uma afronta a Lei, violação aos princípios licitatórios e, pior ainda, um desrespeito à coisa julgada.

**A empresa Recorrente VILLAGE apresentou, em sua proposta, a aplicação do ISSQN com base exclusivamente sobre a taxa de administração, nos moldes de sentença judicial transitada em julgado proferida em seu favor, proferida há mais de uma década, cujos efeitos permanecem íntegros e em plena vigência até os dias atuais.**

Tal r. Decisão foi proferida nos autos da Ação Ordinária n. 0024.09.670.554-6, ajuizada perante a 1ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal, e confirmou que, para fins de retenção e recolhimento do ISSQN, a base de cálculo a ser aplicada à Recorrente deve se limitar à remuneração efetiva da empresa — isto é, à sua taxa de administração, não incidindo sobre a totalidade do faturamento

Referida r. Sentença transitou em julgado e tem efeito ERGA OMNES, além de exigir p do ente federado que é responsável pelo recolhimento do tributo ISSQN sua observância.

Na forma do artigo 502, do CPC, trata-se de direito adquirido e em caráter definitivo e coberto pela autoridade da coisa julgada material, **o que impede qualquer rediscussão sobre sua validade, extensão ou aplicação por qualquer das partes, inclusive pela Administração Pública.**

Com a devida VENIA, a r. Decisão de desclassificação não compete ao ente contratante — no caso, o BDMG — menos ainda lhe é dado o poder de revisar e/ou restringir os efeitos de uma decisão judicial definitiva, sobretudo quando esta vem sendo aplicada de forma pacífica, reiterada e reconhecida pelas autoridades fazendárias competentes.

Importante também destacar que a r. Sentença em questão não faz qualquer limitação quanto ao tipo de serviço prestado pela empresa, nem restringe sua aplicação a contratos específicos, sendo o fundamento de aplicação somente no item 17.05 uma interpretação equivocada e fora da realidade.

Pelo contrário, trata-se de decisão que define o critério de base de cálculo do ISSQN aplicável à Recorrente como contribuinte do Município de Belo Horizonte, nos moldes da Lei Complementar nº 116/2003, com efeitos diretos sobre todos os contratos por ela celebrados que tenham incidência do tributo municipal.





Assim sendo, eventual discordância quanto ao conteúdo ou à aplicabilidade da r. Decisão não pode servir de fundamento para desclassificação da proposta, uma vez que qualquer tentativa de esvaziar seus efeitos violaria:

- A cláusula da coisa julgada (art. 5º, XXXVI, da CF/88);
- O princípio da legalidade (art. 37, caput, da CF/88);
- O devido processo legal (art. 5º, LIV, da CF/88);
- A segurança jurídica, que rege os atos administrativos e as contratações públicas.

É preciso esclarecer, ainda, que a Recorrente VILAGE jamais ignorou a fundamentação da r. Sentença, tampouco distorceu sua aplicação.

O que se observa é que o BDMG faz interpretação unilateral da r. Decisão, desconsiderando o seu histórico de aplicação e a ausência de qualquer oposição por parte do ente arrecadador e fiscalizador do tributo em questão — o Município de Belo Horizonte que, como foi demonstrado em documento assinado pelo própria Secretaria da Fazenda de Belo Horizonte, **ratifica expressamente a validade da metodologia adotada pela empresa.**

#### 4. **DA RATIFICAÇÃO PELA AUTORIDADE FAZENDÁRIA MUNICIPAL: SOLUÇÃO DE CONSULTA N. 025/2024**

Conforme já destacado, o ISSQN é um tributo de competência municipal, cabendo exclusivamente à Prefeitura do Município de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, a interpretação, aplicação, fiscalização e cobrança do referido tributo, inclusive no que diz respeito à apuração da base de cálculo aplicável a cada contribuinte.

Para além da r. Sentença judicial com trânsito em julgado — que por si só já vincula o Município de Belo Horizonte — a Recorrente traz agora aos autos documento irrefutável: **a Solução de Consulta n. 025/2024, emitida pelo Auditor Fiscal de Tributos Municipais de Belo Horizonte, com base em parecer da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte.**

Referido documento foi expedido a partir de Consulta formal da Procuradoria da República em MG (PRMG), órgão que, ao se deparar com situação idêntica à ora discutida — ou seja, a aplicação da sentença judicial referente à base de cálculo do ISSQN incidente sobre os serviços prestados pela empresa Village — buscou **esclarecimento direto junto à autoridade máxima no assunto: a Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte.**



O resultado da consulta não poderia ser outro e foi categórico:

***Solução de Consulta nº 025/2024***

***Ementa***

***ISSQN – RETENÇÃO NA FONTE – COISA JULGADA – OBSERVÂNCIA – NECESSIDADE. No que concerne ao fornecimento de mão-de-obra operado pela empresa Village Administração e Serviços Ltda, deve o órgão do Ministério Público Federal tomador dos respectivos serviços observar os ditames de coisa julgada trazida à estampa pelo MM. Juiz da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte, nos autos do processo judicial nº 0024.09.670.554-6, procedendo afinal o Parquet à retenção do ISSQN na fonte apenas sobre a parcela referente ao custo de administração, e não sobre o valor bruto eventualmente discriminado no respectivo documento fiscal. (grifo)***

***(...)***

Visando obter maiores esclarecimentos acerca dos jurídicos efeitos da decisão judicial apresentada ao Ministério Público Federal, baixamos os autos do processo em diligência, nos termos do que dispõe o art. 4º do Decreto Municipal nº 17.190, de 14 de outubro de 2019.

Em pronta resposta à solicitação desta GENOT, assim se manifestou a douta Procuradoria-Geral do Município, verbis:

***“Prezado (...) e demais colegas da SMFA, Conforme análise dos autos efetuada pelo assessor (...), houve sentença favorável à parte adversa, nos seguintes termos: ‘Julgo procedente o pedido aviado na presente ação, a fim de reconhecer o direito da Requerente de recolher o ISSQN sobre os serviços efetivamente prestados, consubstanciados na taxa de administração.’ (páginas 447 a 449 do PDF 1 anexo).***

***Nossa apelação foi desprovida, conforme acórdão nas páginas 598 a 602 do PDF 1 anexo. Os embargos de declaração interpostos foram rejeitados, conforme se verifica nas páginas 612 a 616 do mesmo documento.***

***Após a interposição de Recurso Especial (REsp), o Superior Tribunal de Justiça negou seguimento ao recurso, conforme decisão nas páginas 1506 a 1512 do PDF 1 anexo. O acórdão negando provimento ao agravo regimental encontra-se nas páginas 1420 a 1532 do PDF 1 anexo.***

***Por fim, consta a certidão de trânsito em julgado na página 1536 do PDF 1 anexo. Diante do exposto, há coisa julgada favorável ao contribuinte no sentido de recolher o ISSQN sobre os serviços efetivamente prestados. Seguem anexados (i) os arquivos PDF com a cópia integral dos autos, indicados na análise supra, e (ii) a linha do tempo das decisões proferidas.” (Grifo)***

Com efeito, prestados os devidos esclarecimentos pela Procuradoria-Geral deste Município, temos a consolidação da coisa julgada favorável à empresa prestadora dos serviços de fornecimento de mão-de-obra, de maneira que cabe à douta Procuradoria da República em Minas Gerais dar-lhe o necessário e fiel cumprimento. (grifo)

Cumpre-nos agora responder aos quesitos formulados pelo órgão do Ministério Público Federal.

**PRIMEIRO QUESISTO**

*“Em observância à legislação municipal vigente, temos adotado o procedimento de realizar a retenção sobre o valor total da nota fiscal. Concomitantemente, orientamos a contratada a buscar junto à Fazenda Municipal os meios adequados para ajustar eventuais diferenças, em conformidade com a sentença judicial obtida. Entendemos que este procedimento está em consonância com as disposições legais aplicáveis. Diante do exposto, solicitamos manifestação dessa Secretaria sobre: a) Se devemos continuar adotando o procedimento exposto acima; (...).”*

**RESPOSTA**

Não! A coisa julgada deve ser fielmente cumprida pelo órgão pagador do Ministério Público Federal. (grifo)

**SEGUNDO QUESISTO**

*b) Eventual orientação diversa sobre como proceder neste caso concreto, considerando a sentença judicial obtida pela contratada; (...).*

**RESPOSTA**

O órgão ministerial consulente deve proceder à retenção do ISSQN na fonte apenas sobre a parcela referente ao custo de administração, ou, noutras palavras, sobre o valor da intitulada “taxa de administração”, e não sobre o valor bruto eventualmente discriminado no respectivo documento fiscal. (grifo)

É crucial observar que o termo utilizado no documento oficial da Fazenda não foi “poderá” ou “faculta-se”, mas sim **“deverá”, atribuindo caráter obrigatório à observância do critério estabelecido na sentença judicial, inclusive pelos contratantes da empresa.**

A Fazenda Pública de Belo Horizonte, ente responsável pela arrecadação, fiscalização e normatização do ISSQN, portanto a maior autoridade no assunto, **não apenas reconhece a validade da sentença judicial, como determina expressamente sua aplicação nos contratos públicos em que a empresa Village atua.**

Com isso, comprova-se de forma absoluta que a metodologia de recolhimento apresentada pela Recorrente não decorre de interpretação isolada, muito menos de informação enganosa, mas sim do fiel cumprimento de uma decisão judicial transitada em julgado — que, ademais, é reconhecida e exigida pela própria Secretaria Municipal da Fazenda, autoridade máxima de arrecadação e fiscalização do ISSQN no Município de Belo Horizonte.

**Se houvesse qualquer irregularidade na forma como a empresa aplica a sentença judicial e recolhe o ISSQN, caberia à Prefeitura — ente competente — contestar tal procedimento. Contudo, o que se verifica é exatamente o oposto: o Município chancela a metodologia adotada e atesta, de forma contínua, a regularidade da empresa.**

**Portanto, não há qualquer fundamento jurídico ou fático para que o BDMG — na qualidade de órgão contratante, mas sem competência fiscal — se sobreponha à autoridade da Fazenda Municipal e passe a reinterpretar o alcance de uma decisão judicial definitiva. Admitir o contrário seria permitir que o ente contratante usurpasse competência que não lhe pertence, violando os princípios da segurança jurídica, da legalidade e da vinculação ao edital.**

Como reforço, o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) já se posicionou de forma clara no Informativo de Licitações e Contratos nº 232/2015, ao destacar que:

***Informativo de Licitações e Contratos n. 232/2015***

*A efetiva carga tributária de cada empresa é matéria intrínseca de sua estrutura administrativa e componente de sua estrutura de custos, a qual não deve servir de base para remunerações contratuais, tampouco ser contestada pela Administração.”*

Portanto, a Solução de Consulta n. 025/2024 é prova cabal de que não houve qualquer distorção de informações, mas sim total transparência e cumprimento integral de sentença judicial e da metodologia devida, **restando absolutamente claro que a empresa Recorrente atua de forma regular, conforme decisão judicial e orientação do ente competente**, não havendo qualquer fundamento legítimo para sua desclassificação com base em alegada irregularidade tributária.

**5. DA INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A DESCLASSIFICAÇÃO E DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO IMEDIATA**

À luz de tudo que foi demonstrado, resta absolutamente claro que a r. Decisão que desclassificou a Recorrente viola a Lei, violação decisão transitada em julgado e princípios constitucionais da igualdade, legalidade e respeito à coisa julgada.



É dever de todos observar e aplicar fielmente a r. Sentença judicial com trânsito em julgado, que foi chancelada em todas as instâncias judiciais, inclusive pelo Superior Tribunal de Justiça, e ratificada pela autoridade máxima de arrecadação e fiscalização do ISSQN no Município de Belo Horizonte.

Essa prática foi reafirmada pela Solução de Consulta n. 025/2024, que confirmou a obrigatoriedade de respeito à coisa julgada e determinou expressamente que o tomador do serviço deve efetuar a retenção do imposto exclusivamente sobre a taxa de administração, em um contrato de natureza idêntica ao desta contratação.

Tal medida é não apenas legítima, mas imperativa para preservar a lisura do processo licitatório, evitar lesão à ordem pública e garantir a contratação da proposta mais vantajosa para o BDMG.

Portanto, Honrado Julgador, é da obrigação de todos e em especial do BDMG, através de sua Comissão de Licitação, e juridicamente recomendável, respeitar a r. Decisão, respeita a própria interpretação dada pelo ente responsável pelo Recolhimento (Município de Belo Horizonte), além de ser dever respeitar os princípios licitatórios e constitucionais vigentes, reformando a r. Decisão e classificando a Recorrente para em seguida por ter o melhor preço ser considerada vencedora do certame.

Registre-se por oportuno que é permitido ao BDMG caso seja dada interpretação divergente por parte do Município de Belo Horizonte, aplicar a nova interpretação e fazer a retenção determinada, sem que tal implique em qualquer alteração por parte da Recorrente em seu preço.

## **6. DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, e considerando:

- A absoluta legalidade da forma apresentada na PROPOSTA para recolhimento do ISSQN e adotada pela Recorrente, amparada por sentença judicial transitada em julgado e reiteradamente confirmada pelo Município de Belo Horizonte;





- A confirmação do entendimento dado pela Recorrente quanto ao recolhimento do ISSQN somente sobre a taxa de administração por meio da Solução de Consulta n. 025/2024, emitida pela autoridade máxima de fiscalização e arrecadação do ISSQN no Município, que versa sobre contrato administrativo de natureza idêntica ao desta licitação;
- ser violadora da Lei e de decisão transitada em julgado, decorrente de evidente equívoco interpretativo na r. Decisão de desclassificação da proposta apresentada;
- o princípio da autotutela da Administração Pública, que impõe a correção de atos viciados e sua revisão, para amoldá-los aos princípios licitatórios e da C.F.,

Requer a empresa RECORRENTE VILLAGE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, o seguinte:

a) seja **conhecido e admitido o presente Recurso Administrativo**, por preencher todos os requisitos legais de admissibilidade;

b) ao final, seja **dado provimento integral do Recurso, para que seja imediatamente reconsiderada a decisão de desclassificação da Recorrente, declarando-se restabelecida a habilitação e sua classificação com posterior declaração de ser a legítima vencedora do Pregão Eletrônico BDMG-19/2025, por ter apresentado a proposta mais vantajosa, regular e em plena conformidade com o Edital e a legislação aplicável;**

c) Subsidiariamente, caso não seja esse o entendimento adotado de plano, **que o BDMG promova a formulação de consulta formal à Secretaria Municipal da Fazenda de Belo Horizonte**, descrevendo de forma precisa o objeto desta contratação e a forma de execução dos serviços, a fim de que o Município — autoridade máxima e exclusiva competente para interpretar, fiscalizar e arrecadar o ISSQN — se manifeste de maneira definitiva sobre a correta aplicação da sentença judicial transitada em julgado no âmbito específico deste contrato, garantindo segurança jurídica à Administração e afastando qualquer dúvida quanto à regularidade da proposta apresentada e se deve ser observada a retenção tal como feito na proposta da Recorrente VILLAGE; e, neste caso, em sendo a resposta a mesma já respondida pelo ente, seja **dado provimento integral do Recurso, para que seja imediatamente reconsiderada a decisão de desclassificação da Recorrente, declarando-se restabelecida a habilitação e sua classificação com posterior declaração de ser a legítima vencedora do Pregão Eletrônico BDMG-19/2025, por ter apresentado a proposta mais vantajosa, regular e em plena conformidade com o Edital e a legislação aplicável**



d) **A adoção de todas as providências administrativas cabíveis para sanar de imediato os efeitos do ato viciado**, preservando a regularidade do procedimento licitatório e o interesse público na seleção da proposta mais vantajosa para o BDMG.

Termos em que,  
Pede deferimento

Belo Horizonte, 23 de dezembro de 2025

[Redacted]  
Village Administração e Serviços Ltda  
[Redacted]  
[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]